



**PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
PARA UMA CULTURA DE INTEGRIDADE
E DE DIREITOS HUMANOS**



Apreensão
em Longo do Vício



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

N.º ECTS | HORAS DE TRABALHO DO ESTUDANTE

[4 ECTS | 104 horas | 8 semanas]

COORDENAÇÃO

Susana Mourato Alves-Jesus | susana.jesus@uab.pt

VICE-COORDENAÇÃO

Cristiana Lucas Silva e Rui Maia Rego | cristiana.silva@uab.pt | rui.rego@uab.pt

ÍNDICE

- 1.** Introdução
- 2.** Objetivos
- 3.** Competências
- 4.** Destinatários
- 5.** Condições de Acesso
- 6.** Pré-requisitos
- 7.** Metodologia de Ensino
- 8.** Estrutura Curricular e Plano de Estudos
- 9.** Módulos Curriculares
- 10.** Avaliação e Classificação Final
- 11.** Docentes – CV resumido
- 12.** Coordenação

1. INTRODUÇÃO

Tema complexo e atual, a corrupção é também considerada fenómeno sem fronteiras e milenar, que se define em breves traços como abuso de poder e/ou de confiança com vista à obtenção de benefícios, não olhando à violação de normas legais ou morais e à justiça social ou institucional. Estruturado em 7 módulos (antecedidos de um módulo de ambientação e- learning), o presente curso visa dar a conhecer e levar à compreensão e ao aprofundamento do fenómeno corruptivo, em particular a partir da necessidade da sua prevenção, não apenas através de mecanismos oficiais estruturados, mas também em grande medida na consciencialização para uma sociedade mais justa e humana. Procurar-se-á, de igual modo, no âmbito deste curso, atender à necessidade de aplicação dos objetivos de desenvolvimento sustentável, em particular do ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, de acordo com o qual, inter alia, se pretende “reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas”.

O curso parte de uma reflexão sobre o conceito de corrupção, identificando algumas das suas manifestações ao longo da história. Em seguida, os/as estudantes terão a oportunidade de analisar as causas e os efeitos da corrupção, abordando questões institucionais, políticas, económicas e sociais. Será dada relevância à importância da implementação de uma cultura de integridade, explorando valores como valores tais como a transparência, a ética e a responsabilidade social podem ser decisivos na luta contra a corrupção. Será também abordada criticamente a relevância da cidadania ativa e dos direitos humanos na construção de sociedades mais justas e dignas. A participação dos cidadãos e a defesa dos direitos fundamentais são apresentados como pilares essenciais para a promoção de democracias mais robustas e menos corruptas. Os/as estudantes terão também acesso a conteúdos sobre os principais mecanismos e instrumentos de prevenção da corrupção, incluindo a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e outras normativas nacionais e internacionais, consciencializando para atuar na prevenção à corrupção em diferentes contextos.

Procura-se que a presente oferta possa servir quem pretende adquirir uma compreensão crítica mais alargada sobre a temática da corrupção, nomeadamente agentes de justiça, agentes de segurança, advogados, auditores, inspetores, investigadores, estudantes e público geral interessado.

2. OBJETIVOS

Pretende-se com o presente curso que os/as estudantes sejam capazes de:

- Identificar e compreender o conceito e a evolução histórica da corrupção;
- Analisar as causas e os efeitos da corrupção nas sociedades contemporâneas;
- Explorar os mecanismos e estratégias de prevenção da corrupção;
- Desenvolver uma cultura de integridade em diferentes contextos organizacionais e sociais;
- Promover uma cidadania ativa e a defesa dos direitos humanos como instrumentos fundamentais para a prevenção da corrupção.

3. COMPETÊNCIAS

As principais competências a adquirir pelos/as estudantes no âmbito do presente curso são as seguintes:

- Compreensão mais aprofundada e crítica do conceito de corrupção;
- Capacidade de identificação e problematização, no contexto da longa duração, de acontecimentos, figuras, instituições, documentos relacionados com fenómenos corruptivos;
- Capacidade de reflexão mais informada sobre o fenómeno da corrupção na atualidade;
- Compreensão mais aprofundada das causas e dos efeitos do fenómeno corruptivo;
- Consciencialização para uma cultura da integridade e defesa de direitos humanos como métodos fundamentais para a prevenção do fenómeno corruptivo.

4. DESTINATÁRIOS

O presente curso destina-se a quem pretende adquirir uma compreensão crítica mais alargada sobre a temática da corrupção, nomeadamente agentes de justiça, agentes de segurança, advogados, auditores, inspetores, investigadores, estudantes, público geral interessado.

5. CONDIÇÕES DE ACESSO

Ao curso podem candidatar-se os residentes em Portugal e com a escolaridade obrigatória mínima (12.º ano), preferencialmente os titulares do grau de licenciado ou

equivalente legal, com experiência profissional. O curso rege-se pelo Regulamento da oferta educativa da Universidade Aberta.

6. PRÉ-REQUISITOS

Por se tratar de um curso de ensino a distância na modalidade de e-learning, a sua frequência exige que as/os candidatas/os tenham acesso a computador com ligação à Internet e possuam conhecimentos de informática, na ótica do utilizador, incluindo de navegação na Internet. Pontualmente, é também aconselhável a competência de leitura de textos em língua inglesa.

7. METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades de ensino-aprendizagem são realizadas em regime de ensino a distância, em ambiente completamente virtual com recurso a uma plataforma de e-learning. O curso é antecedido por um módulo inicial de Ambientação Online, com a duração de uma semana, com o objetivo de permitir que as/os estudantes se familiarizem com o ambiente de trabalho da Plataforma AbERTA da Universidade Aberta e adquiram competências fundamentais de comunicação online e competências sociais necessárias à construção de uma comunidade de aprendizagem virtual.

Neste curso em Prevenção da Corrupção: para uma Cultura de Integridade e de Direitos Humanos é adotado o Modelo Pedagógico Virtual da Universidade Aberta, para o 2.º ciclo de estudos superiores. Este modelo orienta-se pelos seguintes princípios:

- Ensino centrado no estudante, o que significa que ele é ativo e responsável pela construção de conhecimento.
- Ensino baseado na flexibilidade de acesso à aprendizagem (conteúdos e atividades), o que significa a ausência de imperativos temporais ou espaciais. Este princípio concretiza-se na primazia da comunicação assíncrona, o que permite a não-coincidência de espaço e não-coincidência de tempo, já que a comunicação e a interação se processam à medida que é conveniente para o estudante, possibilitando-lhe tempo para ler, processar a informação, refletir, dialogar e interagir.
- Ensino baseado na interação diversificada quer entre estudante-docente quer entre estudante-estudante, quer ainda entre o estudante e os recursos. Este princípio concretiza-se em dispositivos de comunicação variados que o docente

planeia e concebe de acordo com a sua estratégia pedagógica.

- Ensino promotor de inclusão digital, entendida como a facilitação da utilização das Tecnologias de Informação e da Comunicação, como também o desenvolvimento de competências para a análise e produção de informação digital.

Estes princípios são implementados com recurso a dois elementos fundamentais no processo de aprendizagem:

A CLASSE VIRTUAL – A/O estudante integra uma turma virtual onde têm acesso as/os professoras/es do Curso e as/os restantes estudantes. As atividades de aprendizagem ocorrem neste espaço e são realizadas online, agregando uma série de recursos, distribuídos por diversos momentos de trabalho coletivo e pela interação entre professor(a)-estudante e estudante-estudante. A comunicação é essencialmente assíncrona e, por isso, baseada na escrita. No processo de aprendizagem, e quando se justifique, podem ainda ser utilizados instrumentos de comunicação síncrona, como a videoconferência, com recurso à plataforma Colibri.

O CONTRATO DE APRENDIZAGEM – O/A professor(a) de cada unidade curricular propõe à turma um contrato de aprendizagem, no qual está definido um percurso de trabalho para o semestre letivo, apoiando-se na autoaprendizagem e na aprendizagem colaborativa entre estudantes. Com base nos materiais de aprendizagem disponibilizados ou indicados na bibliografia, o/a professor(a) da unidade curricular organiza e delimita os períodos de autoaprendizagem e reflexão individual, os quais são seguidos pela realização de atividades e períodos de interação diversificada na turma virtual.

8. ESTRUTURA CURRICULAR E PLANO DE ESTUDOS

Este curso (4 ECTS) está estruturado em **8 semanas letivas**, com **7 módulos obrigatórios**, precedidos do módulo Integração e Ambientação ao Contexto do e-learning, que a seguir se indicam.

MÓDULOS	ECTS	DOCENTE
Módulo 0 Integração e ambientação ao contexto online		---
Módulo 1 O que é a corrupção?	0,5	Susana Alves-Jesus Rui Maia Rego
Módulo 2 A transtemporalidade do fenómeno corruptivo	0,5	Susana Alves-Jesus Cristiana Lucas Silva
Módulo 3 Porquê a necessidade de atenção ao fenómeno corruptivo?	0,5	Rui Maia Rego
Módulo 4 Mecanismos e instrumentos de prevenção da corrupção	0,5	Susana Alves-Jesus
Módulo 5 Cultura de integridade	0,5	Cristiana Lucas Silva
Módulo 6 Cidadania ativa e direitos humanos	0,5	Susana Alves-Jesus
Módulo 7 Trabalho final	1,0	todos os docentes

MÓDULO 0: AMBIENTAÇÃO AO CONTEXTO ONLINE DO CURSO | 16 HORAS

Formador: Coordenação do curso

Sinopse

O módulo de Integração e Ambientação ao Contexto de e-learning tem por objetivo a socialização dos participantes e a criação de “um grupo” de trabalho, a familiarização com a utilização do software de gestão do curso, de forma a serem adquiridas as competências necessárias à exploração eficaz de todas as suas funcionalidades de intercomunicação, em especial as assíncronas, necessárias à frequência do curso. Os estudantes que já realizaram outras formações na Universidade Aberta ficam dispensados da frequência deste módulo.

9. MÓDULOS CURRICULARES

MÓDULO 1: O QUE É A CORRUPÇÃO? | 0,5 ECTS

Docente: Susana Mourato Alves-Jesus e Rui Maia Rego

Sinopse

No presente módulo propõe-se aos/às estudantes uma abordagem propedêutica ao conceito de corrupção e seu(s) significado(s).

Competências

- Compreender o conceito de corrupção, partindo da sua definição e caracterização preliminares;
- Identificar a presença do fenómeno corruptivo no contexto atual.

Conteúdos

- Etimologia do conceito;
- Os pontos de vista moral, normativo e transativo;
- Modos de corrupção.

Bibliografia

- CABRAL, Paula Cristina (2016). “Corrupção”, in R. L. Maia et alii (coords.), *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade* (pp. 105-106). Lisboa: Edições Sílabo.
- HOLMES, Leslie (2015). *Corruption: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- SOUSA, Luís de (2011). *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

MÓDULO 2: A TRANSTEMPORALIDADE DO FENÓMENO CORRUPTIVO

| 0,5 ECTS

Docente: Susana Mourato Alves-Jesus e Cristiana Lucas Silva

Sinopse

Com o presente módulo os/as estudantes irão atender à presença do fenómeno corruptivo em perspetiva histórica e sua permanência na atualidade.

Competências

- Identificar e problematizar, numa perspetiva de longa duração, acontecimentos, figuras, instituições, documentos relacionados com fenómenos corruptivos;
- Refletir, de modo crítico e informado, sobre o fenómeno da corrupção na atualidade, também em contexto português.

Conteúdos

- Corrupção na Antiguidade Clássica
- A Modernidade e o fenómeno corruptivo
- Poder, justiça social e decadência moral na Época das Luzes
- Corrupção na atualidade e em contexto português

Bibliografia

- CÍCERO (2006 [63 a.C.]). *As Catilinárias*. Lisboa: Edições 70.
- MAQUIAVEL, Nicolau (2021 [1532]). *O Príncipe*. Lisboa: Relógio d'Água.

- MACHADO, Miguel da Câmara (2018). *Meios de Combate à Corrupção no Direito Romano e na Actualidade*. Lisboa: AAFDL Editora.
- ROSA, Luís (2021). *45 Anos de Combate à Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (2023 [1762]). *Do Contrato Social*. Lisboa: Edições 70.

MÓDULO 3: PORQUÊ A NECESSIDADE DE ATENÇÃO AO FENÓMENO

CORRUPTIVO? | 0,5 ECTS

Docente: Rui Maia Rego

Sinopse

Neste módulo dar-se-á atenção às causas e aos efeitos da corrupção nas sociedades atuais, procurando, em especial, analisar a necessidade de atender a este fenómeno.

Competências

- Reconhecer causas da corrupção;
- Reconhecer efeitos da corrupção;
- Refletir criticamente sobre os efeitos da corrupção na atualidade.

Conteúdos

- Causas institucionais, políticas e económicas;
- Causas sociais e culturais;
- Riscos de uma sociedade corrupta.

Bibliografia

- OLIVEIRA, Júlio; ZACKSESKI, Cristina (2014). "Corrupção: causas, consequências e controle", *Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gestão*, v. 7, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revenspesextgestao/article/view/35624> (acedido a 28.12.2024).
- PIMENTA, Carlos, *et alii* (org.) (2014). *Percepção da Fraude e da Corrupção no Contexto Português*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- SOUSA, Luís, COROADO, Susana (2024). *Barómetro da Corrupção – Relatório*. Disponível em <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/barometros/barometro-da-corrupcao> (acedido a 28.12.2024).

MÓDULO 4: MECANISMOS E INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO DA CORRUÇÃO | 0,5 ECTS

Docente: Susana Mourato Alves-Jesus

Sinopse

Neste módulo serão apresentados instrumentos, estratégias e medidas de combate à corrupção, com especial foco na prevenção, nomeadamente em Portugal.

Competências

- Identificar e conhecer instrumentos oficiais para prevenção e combate à corrupção;
- Contactar com a principal legislação nacional e internacional em vigor sobre o tema.

Conteúdos

- a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC)
- o combate à corrupção no quadro da União Europeia
- o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC)
- o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC)

Bibliografia

“Combate à corrupção: Conselho adota posição sobre lei da EU” (2024). Comunicado de imprensa – Conselho da União Europeia, 14 de junho. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/06/14/combating-corruption-council-adopts-position-on-eu-law/> (acedido a 28.12.2024).

Convenção estabelecida com base no n.º 2, alínea c), do artigo K.3 do Tratado da União Europeia relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 2-11). Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A41997A0625%2801%29> (acedido a 28.12.2024).

Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho da União Europeia, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54-56). Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32003F0568> (acedido a 28.12.2024).

Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro. Disponível em <https://files.dre.pt/1s/2021/12/23701/0001900042.pdf> (acedido a 28.12.2024).

United Nations Convention against Corruption (2004). New York: United Nations. Disponível em <https://www.unodc.org/corruption/en/uncac/learn-about-uncac.html> (acedido a 28.12.2024).

MÓDULO 5: CULTURA DE INTEGRIDADE | 0,5 ECTS

Docente: Cristiana Lucas Silva

Sinopse

No presente módulo, partindo da exploração do conceito de integridade, pretende-se associar o combate à corrupção e a defesa de uma cultura de integridade através da construção de barreiras éticas que desincentivem práticas ilícitas.

Competências

- Compreender a importância de uma cultura de integridade para a prevenção da corrupção;
- identificar valores essenciais que sustentam uma cultura ética nas organizações;
- identificar práticas de liderança que promovem e sustentam a integridade organizacional;
- aplicar estratégias para implementar e fortalecer uma cultura de integridade em diferentes contextos.

Conteúdos

- Integridade individual e/ou integridade coletiva?
- Ética pública e privada: transparência, responsabilização, honestidade
- Regresso ao princípio da confiança

Bibliografia

- AA.VV. (2024). Revista Brotéria – vol. 199 – 6 (dezembro): *Corrupção e Integridade*. Lisboa: Brotéria – Associação Cultural e Científica.
- MAIA, António João, *et alii* (coords.) (2020). *Ética e Integridade na Vida Pública*. Coimbra: Almedina.

MÓDULO 6: CIDADANIA ATIVA E DIREITOS HUMANOS | 0,5 ECTS

Docente: Susana Mourato Alves-Jesus

Sinopse

Neste módulo os/as estudantes irão explorar como a participação ativa dos cidadãos e a proteção dos direitos humanos se tornam essenciais para a prevenção da corrupção, proporcionando uma base para a responsabilidade social e o adequado funcionamento da democracia.

Competências

- Compreender a importância de uma cidadania ativa na prevenção da corrupção;
- Compreender a importância dos direitos humanos no fortalecimento de sociedades democráticas e menos corruptas.

Conteúdos

- O que é ser um cidadão ativo?

- Estado de Direito e direitos fundamentais
- Direitos humanos (ou sociedades globais mais justas e transparentes)

Bibliografia

- LOPES, José Mouraz (2020). *Corrupção: o Labirinto do Minotauro*. Coimbra: Almedina.
- PETERS, Anne (2024). Human rights and corruption: problems and potential of individualizing a systemic problem. *International Journal of Constitutional Law*. Vol. 22 (2) April (pp. 538–561). Disponível em <https://academic.oup.com/icon/article/22/2/538/7739112> (acedido a 28.12.2024).
- POWELL, Melchior, WAFA, Dina, MAU, Tim A. (ed.) (2021). *Corruption in a Global Context: Restoring Public Trust, Integrity, and Accountability*. Routledge.
- ROTBERG, Robert I., HAMPSON, Fen Osler (ed.) (2024). *Grand Corruption: Curbing Kleptocracy Globally*. Routledge.

MÓDULO 7: TRABALHO FINAL PARA AVALIAÇÃO | 1 ECTS

Docente: Susana Mourato Alves-Jesus

Neste módulo cada estudante deverá entregar um trabalho, uma reflexão acerca dos temas discutidos, e que será devidamente contextualizado.

10. AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Os módulos do curso adotam o modelo de avaliação contínua, sendo a classificação final dos formandos o resultado do trabalho desenvolvido ao longo da sua realização, nomeadamente, a participação nos fóruns e a realização de atividades de avaliação (30%), designadamente, a elaboração e apresentação de um trabalho individual final, com ponderação de 70% na classificação final. A conclusão do curso requer a aprovação com uma classificação igual ou superior a 10 valores, sendo reconhecida com a atribuição de um certificado. A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores.

11. DOCENTES – CV RESUMIDO

SUSANA MOURATO ALVES-JESUS

Doutora em História (esp. História Contemporânea), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Mestre em Estudos Clássicos (esp. Literatura Comparada) e licenciada em Línguas e Literaturas Clássicas pela mesma Faculdade.

Atualmente, é professora auxiliar convidada na Universidade Aberta de Portugal (UAb) e investigadora de pós-doutoramento do Centro de Estudos Globais (CEG-UAb) e da Université de Paris II-Panthéon-Assas. No CEG-UAb, juntamente com João Relvão Caetano, coordena o grupo de investigação “Política, Direitos Humanos e Cidadania Global”. Neste domínio, tem apresentado várias comunicações em encontros nacionais e internacionais, bem como organizado vários encontros científicos, sessões de divulgação e ações de capacitação em direitos humanos. Participa em vários projetos em curso, nomeadamente como co-investigadora principal do projeto “Mnemonic Reality: Investigating Memory Laws’ Impact on Reality and Reality’s Impact on Memory Laws” (Volkswagen Stiftung) e gestora do projeto “Dignipédia Global: Sistematizar, Aprofundar e Defender Direitos Humanos em Contexto de Globalização” (EEA Grants – Active Citizens Fund | Programa Cidadãos Ativ@s – Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação Bissaya Barreto). Entre outras publicações, é autora do livro *Direitos Humanos em Portugal: História e Utopia – Das Origens à Época Contemporânea* (AAFDL Editora, 2023), distinguido com o prémio CTT Correios de Portugal – D. Manuel I, atribuído pela Academia Portuguesa da História (2024).

CRISTIANA LUCAS SILVA

Formada em Estudos Clássicos (2008) e doutorada em História (2018), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é professora auxiliar convidada da Universidade Aberta, no âmbito do programa de Doutoramento em Estudos Globais e da Pós-Graduação em Estudos Globais. É investigadora integrada do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, no qual coordena a Linha de Investigação “Epistemologias e Abordagens Metodológicas” e onde desempenha a função de assessora da Direção. Tem participado em inúmeros projetos nas áreas da História e Cultura portuguesas, bem como na organização de encontros científicos, além de ser a responsável pela coordenação executiva de ciclos de seminários, destacando-se o Seminário Internacional de Estudos Globais, numa parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian. Tem focado a sua investigação no período do século XVIII, no estudo do conceito de “Estrangeirado” e, na perspetiva da longa história, no estudo das representações do Outro e dos mecanismos de exclusão da alteridade. Concluiu em 2018 o seu doutoramento em História Contemporânea, com uma tese sobre “A ideia de estrangeiro na Cultura Portuguesa”, para o qual obteve uma Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Desempenha ainda as funções de assessora da Coordenação do programa de doutoramento em Estudos Globais (UAb) e coordenadora

editorial da revista e-Letras com Vida — Revista de Estudos Globais: Humanidades, Ciências e Artes.

RUI MAIA REGO

Doutorado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2023), foi bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no desenvolvimento da sua tese: “Altruísmo e Racionalidade Prática na Filosofia de Thomas Nagel”. Presentemente é investigador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (CFUL) e do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CEG-UAb). Neste Centro desenvolve a sua investigação como membro integrado do grupo “Política, Direitos Humanos e Cidadania Global” e como coordenador da linha “Memória e Património”. Na Universidade Aberta, na Pós-Graduação em Estudos Globais, leciona (com Susana Alves-Jesus) a disciplina Direitos Humanos: Ética, Cidadania e Globalização e, no Departamento de Ciências Sociais e Gestão, é tutor nas disciplinas de Teoria das Relações Internacionais e de Introdução à Ciência Política. Tem publicado sobre problemas atinentes à ética e racionalidade prática (altruísmo, prudência, perdão, memória e sorte moral). Paralelamente, dirige a International Society for Iberian Slavonic Studies (CompaRes) e está envolvido no terceiro setor, em diferentes ONG, tendo, em representação destas, integrado a Federação Nacional do Associativismo Juvenil (FNAJ), o Plenário do Conselho Económico e Social (CES) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

12. COORDENAÇÃO

Coordenação:

Susana Alves-Jesus

Vice-coordenação:

Cristiana Lucas Silva

Rui Maia Rego

A coordenação do curso é responsável, nomeadamente, por:

- a) superintender aos processos de seleção de candidatas/os;
- b) coordenar a organização e atualização de um dossier de curso, contendo os dados das/os estudantes inscritos, os Contratos de Aprendizagem das diversas unidades curriculares que compõem o curso e demais documentos inerentes ao seu funcionamento;

- c) organizar e dinamizar um módulo de ambientação online para as/os estudantes admitidas/os e que não tenham uma frequência anterior na Universidade;
- d) organizar e dinamizar um espaço de socialização online aberto a toda/os as/os estudantes e docentes do curso; este espaço desempenha as funções de local.

